

A IGREJA E O REGIME

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 15.09.1981

Todas as interpretações recentes sobre as relações entre a Igreja e o Governo, a partir de uma infeliz entrevista do senador Jarbas Passarinho e do sereno documento da CNBB, "Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política", tendem a se orientar para a idéia de que a Igreja realiza hoje uma ação contra o Governo. Embora possua uma aparência de verdade, sustento que esta é uma tese fundamentalmente equivocada. A Igreja não está contra o Governo e sim contra o regime político autoritário, elitista, contra a estrutura social desigual, e contra o estilo de desenvolvimento concentrador de renda existente no país. Ela não está a favor da oposição, mas assume uma decidida postura a favor da democracia.

Na verdade, a Igreja não está contra o Governo porque para ela não faz sentido identificar o regime capitalista autoritário, elitista e injusto vigente neste país com o Governo. No máximo o Governo é uma peça desse regime, mas não é o regime. Só uma visão personalista ou então uma perspectiva conspiratória da história pode identificar o Governo com o regime.

O que assistimos hoje é ao final de um processo de acumulação capitalista primitiva, baseada na violência, na especulação mercantil, nos favores especiais do Estado. O regime implantado em 1964 representou o auge desse padrão de acumulação de capital, mas implicou também no seu esgotamento, seja por motivos econômicos, seja principalmente por motivos políticos.

A sociedade brasileira, inclusive setores da burguesia e da média tecnoburocracia, não aceita mais o autoritarismo e o elitismo que prevaleceram até hoje no Brasil. Está na hora não apenas de acabar com os restos do regime autoritário, mas também de a democracia deixar de ser apenas política (ou apenas burguesa) para se tornar também social, está na

hora de o desenvolvimento deixar de atender apenas à burguesia e à tecnoburocracia para favorecer também os trabalhadores. A Igreja reconhece este fato e interpreta esta aspiração da sociedade brasileira quando afirma em suas “Reflexões”: “As desigualdades sociais e regionais constituem uma realidade particularmente triste, em uma Nação com aspirações e recursos que poderiam permitir uma sociedade mais justa. Tal situação não pode durar indefinidamente, pois se constitui em um escândalo para as consciências e em uma ameaça constante à paz interna. Ela não é casual, mas fruto de uma opção deliberada em favor de um determinado modelo de desenvolvimento”.

Por outro lado, diante dessa situação, a opção da Igreja é radicalmente democrática. Segundo as “Reflexões: “A democracia não consiste apenas na preservação das liberdades políticas. Consiste também num processo de incorporação das grandes massas a formar superiores de educação e de capacitação, a um melhor nível de vida e à plena participação nas decisões públicas”. E para alcançar esse objetivo é essencial que o povo se organize. Não existe democracia social sem organização popular. “Por isso, apoiar a organização do povo, e não mantê-la sob suspeita, é decisivo para preservar a racionalidade do encaminhamento pacífico das mudanças que se impõem”.

Esta é a posição da Igreja. O importante, entretanto, é que esta posição não é mera retórica. Ela parte de uma prática social, de um contato direto com as populações mais pobres e oprimidas deste país. O senador Jarbas Passarinho, ao atacar a Igreja ou ao se afirmar por ela atacado, pretende identificar-se, e ao Governo em crise que pretende representar, com a classe dominante, que, segundo a definição conservadora, seria portadora da verdade e da justiça. Na verdade, só consegue identificar-se com os setores mais retrógrados da burguesia mercantil especulativa, quem depende dos favores do Estado para apropriar-se do excedente econômico, e com os setores mais autoritários da tecnoburocracia estatal.(15/09/81)